



Demonstrações Financeiras & Anexo às DF



3 1 . D E Z E M B R O . 2 0 2 4

WWW.JF-ALVALADE.PT // 218 428 370 // GERAL@JF-ALVALADE.PT



ALVALADE
junta de freguesia

Nº	DESIGNAÇÃO	SNC-AP
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
1	Balanço	NCP1
2	Demonstração de resultados por natureza	NCP1
3	Demonstrações das alterações no património líquido	NCP1
4	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1
5	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1
	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	
6	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26
7	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26
8	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26
9	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26
10	Alterações orçamentais da receita	NCP26
11	Alterações orçamentais da despesa	NCP26
12	Alterações ao PPI	NCP26
13	Operações de Tesouraria	NCP26
14	Contratação administrativa - Situação dos contratos	NCP26
15	Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento	NCP26
16	Transferências e subsídios - Receita	NCP26
17	Transferências e subsídios - Despesa	NCP26
	OUTROS DOCUMENTOS	
18	Declaração de compromissos plurianuais	-
19	Declaração de pagamentos em atraso	-
20	Declaração de recebimentos em atraso	-
21	Certificação legal das contas	-

1. Balanço



FREGUESIA DE ALVALADE

Balço relativo a dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 495 773,45	1 613 591,92
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		15 702,07	33 008,90
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		1 511 475,52	1 646 600,82
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 828 932,57	2 913 307,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		72 819,04	74 189,55
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		100 067,72	131 963,59
Diferimentos		2 696 685,76	2 895 348,85
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		2 387 487,59	1 806 500,57
		7 085 992,68	7 821 309,56
Total Ativo		8 597 468,20	9 467 910,38
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		6 210 639,49	6 210 639,49
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		24 561,64	24 561,64
Resultados transitados		-1 329 583,37	-717 058,47
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		35 675,91	-578 817,07
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total Património Líquido		4 941 293,67	4 939 325,59
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		143 317,00	7 537,96
Fornecedores		52 344,18	186 209,21
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		72 786,68	75 478,27
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		945 011,47	727 225,78
Diferimentos		2 442 715,20	3 532 133,57
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		3 656 174,53	4 528 584,79
Total Passivo		3 656 174,53	4 528 584,79
Total do Património Líquido e Passivo		8 597 468,20	9 467 910,38

2. Demonstração dos Resultados por natureza



FREGUESIA DE ALVALADE

Demonstração dos Resultados por natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	11	389 558,78	345 511,78
Vendas			0,00
Prestações de serviços e concessões	10	542 357,47	525 978,32
Transferências e subsídios correntes obtidos	11	6 430 550,18	5 086 270,36
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			0,00
Variações nos inventários da produção			0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			0,00
Fornecimentos e serviços externos		-3 887 278,35	-3 361 533,29
Gastos com pessoal	17	-2 919 394,36	-2 659 635,44
Transferências e subsídios concedidos		-340 215,48	-306 193,40
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			0,00
Prestações sociais			0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-8 551,35	-22 569,79
Provisões (aumentos/reduções)		-29 491,66	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00
Outros rendimentos		23 891,14	59 081,44
Outros gastos		-25 780,95	-22 762,15
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		175 645,42	-355 852,17
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-149 449,51	-222 964,90
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		26 195,91	-578 817,07
Juros e rendimentos similares obtidos		9 480,00	0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00
Resultado antes de impostos		35 675,91	-578 817,07
Imposto sobre o rendimento			0,00
Resultado líquido do período		35 675,91	-578 817,07

3. Demonstração das alterações no património líquido



2024
dezembro

Demonstração das Alterações no Património Líquido

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do Património Líquido		
		Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamento em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período			Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		6210639,49	0	0	0	24561,64	-717058,47	0	0	0	0	0	0	4939325,59	4939325,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Correção de erros materiais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização de excedentes de revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios de capital		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	(2)	0	0	0	0	0	-612524,9	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35675,91	35675,91
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35675,91	35675,91
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrições de capital / património		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subscrições de prémios de emissão		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Entradas para cobertura de perdas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações	(5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1) + (2) + (3) + (5)		6210639,49	0	0	0	24561,64	-1323583,37	0	0	0	0	0	0	35675,91	4941233,67

4. Demonstração de fluxos de caixa



Freguesia de Alvalade

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2024
dezembro

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 351 440,29	1 462 062,15
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 256 070,33	5 114 112,10
Recebimentos de Utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3 832 808,24	-3 277 812,66
Pagamentos ao pessoal		-2 780 709,20	-2 575 048,77
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-362 031,44	-322 091,17
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		631 961,74	401 221,65
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		3 739,88	-89 305,89
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		635 701,62	311 915,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-54 714,60	-10 218,88
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-54 714,60	-10 218,88
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		580 987,02	301 696,88
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 806 500,57	1 504 803,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 387 487,59	1 806 500,57

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2024	2023
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 806 500,57	1 504 803,69
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo da gerência que não constitui equivalente de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		1 806 500,57	1 504 803,69
De execução orçamental		1 510 650,78	1 129 212,52
De operações de tesouraria		295 849,79	375 591,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 387 487,59	1 806 500,57
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo da gerência que não constitui equivalente de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		2 387 487,59	1 806 500,57
De execução orçamental		2 075 744,66	1 510 650,78
De operações de tesouraria		311 742,93	295 849,79

5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade

A informação relativa à entidade, período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras, encontra-se no Anexo I e o organograma no Anexo II.

As demonstrações financeiras estão de acordo com a NCP 1, que “estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral (individuais e consolidadas), as componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública ou grupo público, assegurando a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Esta norma estabelece a estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Património Líquido e do Anexo. As demonstrações financeiras de finalidade geral são as que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação. Os utilizadores dessas demonstrações incluem cidadãos, membros do parlamento e do governo nos seus diversos níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. As demonstrações financeiras de finalidade geral incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outros documentos públicos, nomeadamente relatórios de gestão, de natureza orçamental ou outra.”

1.2 Referencial contabilístico e Demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada nas demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Não existiram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Conta	dez 2024		dez 2023	
Caixa		0,00		0,00
Depósitos à ordem		1 187 487,59		1 206 500,57
Depósitos bancários à ordem	1 187 487,59		1 206 500,57	
Outros depósitos		1 200 000,00		600 000,00
Depósitos a prazo	1 200 000,00		600 000,00	
Total		2 387 487,59		1 806 500,57

Nota 2- Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os feitos das

transações, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta a natureza da reclassificação, a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e a razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que foram exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Junta de Freguesia de Alvalade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Todos os bens são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com a manutenção e reparação são registados como gastos no exercício em que decorrem. As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Conservação e manutenção de bens e espaços públicos que pertencem à Câmara Municipal de Lisboa

A lei n.º 56/2012, de 8 de novembro – Reorganização administrativa de Lisboa, vem estabelecer através do artigo 12º as novas competências próprias da Freguesia em consequência da reorganização administrativa de Lisboa. No âmbito das mesmas, a Freguesia efetua diversas intervenções, nomeadamente ao nível da conservação e manutenção de bens e espaços públicos que pertencem à Câmara Municipal de Lisboa, pelo que os dispêndios incorridos são registados como Gastos na Demonstração de Resultados e não como Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos Fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- a) **ao custo ou custo amortizado**- Ativos e passivos financeiros que sejam à vista ou tenham uma maturidade definida e tenham associado um retorno fixo ou determinável e não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se:

Cientes, contribuintes e utentes e outras dívidas de terceiros- Os saldos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Caixa e depósitos- Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros- Os saldos são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

- b) **Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**- Todos os ativos não incluídos na categoria anterior, são incluídos nesta categoria.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato e encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. As perdas por imparidade são registadas em resultados na rúbrica “Perdas por imparidade”, no período em que são determinadas. Se o montante da perda por imparidade diminuir subsequentemente, esta deve ser revertida por resultados e deve ser feita até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. Esta reversão é registada em resultados na rúbrica “Reversão de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios associados à posse dos mesmos. A entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada ano de relato, é determinada tendo em atenção os riscos e incertezas associados a cada obrigação. Os Passivos contingentes correspondem a uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da Entidade ou a uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados para a qual não é provável que seja exigido uma saída de recursos ou se a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, não sendo apresentados no Balanço da Entidade pois não cumprem os critérios de registo de Provisões. Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente. Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre.

Especialização dos exercícios

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Rendimentos de Transações com e sem contraprestação

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. As transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação com contraprestação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos. Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

2.3 Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício e bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Determinadas estimativas são consideradas críticas se: a natureza das estimativas é considerada significativa devido a níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que exista grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativa.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as bases e políticas contabilísticas definidas pelo Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa neste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

2.6 Alterações em estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações significativas em estimativas contabilísticas.

2.7 Erros materialmente relevantes

Não ocorreram erros materiais de períodos anteriores.

Nota 3- Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2024 dos ativos intangíveis, está demonstrada nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) - (3)	(5)	(6)	(7)	(8) = (5) - (6) - (7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	60 609,87	27 600,97		33 008,90	61 805,38	46 103,31		15 702,07
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	60 609,87	27 600,97		33 008,90	61 805,38	46 103,31		15 702,07

Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	33 008,90			1 195,51				-18 502,34	15 702,07
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	33 008,90	0,00	0,00	1 195,51	0,00	0,00	0,00	-18 502,34	15 702,07

Em 31 de julho de 2024 foi integrado no património, o inventário realizado por empresa externa, à Junta de Freguesia de Alvalade, tendo originado variações no custo de aquisição dos bens, assim como nas depreciações acumuladas. Estes valores estão espelhados nas colunas de revalorizações e diminuições.

Nota 4- Acordos de concessão de serviços: concedente

Não existem acordos de concessão de serviços.

Nota 5- Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão mensurados pelo seu custo.

A Junta de Freguesia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Em 31 de julho de 2024 foi integrado no património, o inventário realizado por empresa externa, à Junta de Freguesia de Alvalade, tendo originado variações no custo de aquisição dos bens, assim como nas depreciações acumuladas. Nos quadros abaixo, estes valores estão espelhados nas colunas de revalorizações e diminuições.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis- variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(7)-(6)-(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural	600,00			600,00	7 752,64			7 752,64
Bens de domínio público em curso								
	600,00			600,00	7 752,64			7 752,64
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	347 246,76			347 246,76	467 955,87			467 955,87
Edifícios e outras construções	1 657 687,44	627 592,36		1 030 095,08	1 546 597,30	751 955,92		794 641,38
Equipamento básico	685 338,73	624 220,64		61 118,09	595 672,98	513 355,80		82 317,18
Equipamento de transporte	280 637,07	202 835,83		77 801,24	334 762,47	266 568,61		68 193,86
Equipamento administrativo	236 026,59	185 413,28		50 613,31	190 306,68	149 897,76		40 408,92
Equipamentos biológicos								0,00
Outros	166 340,33	121 883,39		44 456,94	110 212,88	77 369,78		32 843,10
Ativos fixos tangíveis em curso	1 660,50			1 660,50	1 660,50			1 660,50
	3 374 937,42	1 761 945,50		1 612 991,92	3 247 168,68	1 759 147,87		1 488 020,81
Total	3 375 537,42	1 761 945,50		1 613 591,92	3 254 921,32	1 759 147,87		1 495 773,45

Quadro 5.1A - Ativos fixos tangíveis- Depreciações Acumuladas

Depreciações Acumuladas	Saldo inicial	Amortizações do exercício	Regularizações	Saldo final
Ativo Fixo Tangível				
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	627 592,36	50 325,78	74 037,78	751 955,92
Equipamento básico	624 220,64	26 807,35	-137 672,19	513 355,80
Equipamento de transporte	202 835,83	29 478,76	34 254,02	266 568,61
Equipamento administrativo	185 413,28	24 719,20	-60 234,72	149 897,76
Equipamentos biológicos			0,00	0,00
Outros	121 883,39	12 313,47	-56 827,08	77 369,78
Ativo Intangível em curso				
Total	1 761 945,50	143 644,56	-146 442,19	1 759 147,87

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis- Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Variações no período					Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) +
					Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Outros	600,00			7 152,64						7 752,64
Bens de domínio público em curso										
	600,00	0,00		7 152,64						7 752,64
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	347 246,76			120 709,11						467 955,87
Edifícios e outras construções	1 030 095,08						50 325,78		-285 779,48	794 641,38
Equipamento básico	61 118,09	33 452,61		394 016,47			26 807,35		-433 077,34	82 317,18
Equipamento de transporte	77 801,24			56 477,02			29 478,76		-95 563,16	68 193,86
Equipamento administrativo	50 613,31	8 929,87		34 739,97			24 719,20		-78 593,43	40 408,92
Equipamentos biológicos										
Outros	44 456,94	5 649,56		99 173,16			12 313,47		-128 750,03	32 843,10
Ativos fixos tangíveis em curso	1 660,50									1 660,50
	1 612 991,92	48 032,04		705 115,73			143 644,56		-1 021 763,44	1 488 020,81
Total	1 613 591,92	48 032,04		712 268,37			143 644,56		-1 021 763,44	1 495 773,45

Nota 6- Locações

A Junta de Freguesia de Alvalade tem cinco contratos de locação operacional, respeitantes a impressoras para os serviços, baterias para as viaturas elétricas e varredoras mecânicas para o Serviço de Higiene Urbana. Os seus custos são reconhecidos como gasto, conforme a NCP 6.

Quadro 6.2 - Locações operacionais- Locatário

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros Pagamentos Mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento informático 56/CPR/JFA/2021	43 451,96	1 207,00							0,00	
Equipamento informático 53/AJ/JFA/2024	17 927,64	497,99			5 975,88	9 461,81			15 437,69	
Baterias viaturas elétricas	3 776,40	314,70							0,00	
Varredora mecânica para SHU 59/CPR/JFA/2024	36 531,00	6 088,50			36 531,00				36 531,00	
Autovarredora urbana ligeira 60/CPR/JFA/2024	55 349,99	4 612,50			50 737,49	4 612,50			55 349,99	

Nota 7- Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável.

Nota 8- Propriedades de investimentos

Não aplicável.

Nota 9- Imparidade de ativos

Clientes, contribuintes e utentes	31/12/2024	31/12/2023
Clientes c/c	72 819,04	74 189,55
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	59 995,09	51 443,74
Perdas por imparidade acumuladas	-59 995,09	-51 443,74
Total	72 819,04	74 189,55

No período em análise, foi registada uma nova perda por imparidade para dívidas de Clientes, contribuintes e utentes no montante de 8.551,35 €, ascendendo assim esta rubrica a um valor de 59.995,09 €.

Nota 10- Garantias

As garantias e cauções são prestadas pelos fornecedores relativamente às empreitadas dos CDC.

Código e designação das contas	31/12/2024	31/12/2023
Garantias e cauções	308 148,93 €	292 972,19 €
Recibos para cobrança		
Total	308 148,93 €	292 972,19 €

Nota 11- Rendimento de transações com contraprestação

O objetivo das notas é o de prescrever o tratamento contabilístico de rendimento de transações que tenham uma contraprestação no momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido no momento em que fluam para a entidade benefícios económicos futuros e que possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Código e designação das contas	Rendimentos do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos, contribuições e taxas					
Taxas específicas das autarquias locais	263 707,62		14 745,90		
Outras taxas, multas e penalidades	48 371,29				
Prestação de serviços					
Mercados e feiras	378 087,63		65 512,09	44 095,28	
Parques de estacionamento	141 603,86		3 295,72	3 049,95	
Aluguer de Espaços	22 665,98				
TOTAL	854 436,38		83 553,71	47 145,23	

Nota 12- Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação dividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos obrigatoriamente pagos a entidades públicas de acordo com as disposições legais. As transferências são transações que não sejam impostos.

Em baixo encontra-se o detalhe destes rendimentos:

Código e designação das contas	Rendimentos do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	77 479,87			1 524,72	
Transferências e subsídios correntes obtidos					
CML	1 381 748,00			22 889,18	
DGAL	5 048 802,18			0,00	
TOTAL	6 508 030,05			24 413,90	

Nota 13- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em relação aos processos judiciais, mantêm-se em curso a 31 de dezembro de 2024, dois casos pendentes, no valor de 31.416,12 €, para os quais não existe uma expectativa fiável do desfecho, pelo que a Junta não constituiu qualquer provisão.

Nota 14- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Os valores do ativo a receber relativamente às transferências sem contraprestação, encontram-se abaixo detalhados:

Devedores por transferências e subsídios	31-12-2024	31-12-2023
CDC CML 2019/2021	1,77	1,77
CDC CML 23/25	1 828 930,80	2 438 574,40
IAPMEI- PRR Bairros Digitais	0,00	474 730,83
Total	1 828 932,57	2 913 307,00

Nota 15- Instrumentos Financeiros

	31-12-2024				31-12-2023			
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Cobrança duvidosa	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Cobrança duvidosa	Quantia escriturada líquida
Ativos financeiros ao custo:								
Clientes	72 819,04	59 995,09	-59 995,09	72 819,04	74 189,55	51 443,74	-51 443,74	74 189,55
Outros créditos a receber	99 325,85			99 325,85	131 298,13			131 298,13
Total	172 144,89			172 144,89	205 487,68			205 487,68

Acréscimos de rendimentos

Descrição	31-12-2024
IMI	77 178,54
Auxiliares de Educação	22 889,18
Total	100 067,72

O Acréscimo de IMI resulta do reconhecimento do valor que será cobrado em 2025, respeitante ao ano de 2024.

	31-12-2024	31-12-2023
Passivos financeiros correntes ao custo amortizado		
Fornecedores	52 344,18	186 209,21
Outras contas a pagar	945 011,47	727 225,78
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	143 317,00	7 537,96
Total	1 140 672,65	920 972,95

Na rubrica de Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis, está considerado o valor de 141.802,71 €, recebido em 2023 do IAPMEI, referente ao Plano de Recuperação e Resiliência, projeto que não será desenvolvido e por consequência terá de se devolver a verba recebida.

Nota 16- Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
Serviços de alojamento e restauração	5 883,67	669,11
Trabalhos especializados	361 180,11	323 006,90
Publicidade, Comunicação e imagem	49 473,11	45 864,76
Vigilância e segurança	24 767,20	24 931,06
Honorários	589 981,01	520 399,37
Comissões	5 218,45	6 295,24
Conservação e reparação	1 333 342,08	1 182 629,84
Outros serviços especializados	55 575,14	55 541,13
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13 237,44	7 685,13
Livros e documentação técnica	15,21	56,15
Material de escritório	26 052,26	17 072,41
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	49 388,96	72 654,25
Material de educação, cultura e recreio	44 510,04	48 985,15
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	18 182,55	17 992,15
Medicamentos e artigos para a saúde	635,86	0,00
Outros materiais diversos de consumo	85 890,17	70 807,90
Eletricidade	268 896,49	156 198,82
Combustíveis e lubrificantes	54 368,59	78 432,49
Água	257 366,57	307 641,75
Deslocações e estadas	0,00	0,00
Transportes de pessoal	0,00	2 199,14
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1 291,50	2 540,44
Transporte escolar	0,00	0,00
Outras deslocações	53,15	5 629,00
Rendas e alugueres	151 629,00	46 527,19
Comunicação	48 699,11	38 526,43
Seguros	30 511,50	46 443,49
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	224 382,11	212 381,10
Outros serviços	186 747,07	70 422,89
Total	3 887 278,35	3 361 533,29

Comparativamente a 2023, os Fornecimentos e serviços externos (FSE), no ano de 2024 apresentam um aumento de 15,64%, correspondente a 525 745,06 €, que se deve à contratação de diferentes serviços que se fizeram obrigatórios para a boa prossecução e comunicação do Plano de Atividades da Junta, assim como um aumento na manutenção e conservação dos bens afetos à Junta de Freguesia com foco no grande investimento nos espaços verdes, assim como estudos e projetos para a requalificação de infraestruturas, aumento de honorários respeitantes a desenvolvimento de projetos na área do ensino e iniciativas junto da comunidade escolar, bem como no Serviço de Higiene Urbana, enquanto decorria o concurso para contratação, aluguer de autocarros para transportar crianças para

diversas atividades, nomeadamente no Programa Alvalade em Férias que contou com um programa ainda mais rico em 2024. Houve um grande aumento em algumas rubricas, como é o caso da eletricidade, que terminou contrato com preços muito competitivos, despesas de manutenção das viaturas, nomeadamente do autocarro e despesas associadas às eleições legislativas e europeias.

Nota 17- Benefícios dos empregados

	2024	2023
Gastos com o pessoal		
Remunerações membros órgãos autárquicos	82 127,37	69 927,74
Remunerações Pessoal	2 244 601,03	1 972 583,29
Benefícios pós-emprego	16,43	0,00
Encargos sobre remunerações	513 750,69	444 973,13
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	68 712,24	43 809,83
Outros gastos com o pessoal	5 638,34	126 584,57
Outros encargos sociais	4 548,26	1 756,88
Total	2 919 394,36	2 659 635,44

	31-12-2024	31-12-2023
Nº de colaboradores	118	111

Nota 18- Divulgação de partes relacionadas

Durante o ano de 2024, a Junta de Freguesia de Alvalade recebeu do Município de Lisboa, transferências no valor de 1.207.268,15 € e terá ainda a receber 22.889,18 € respeitante aos meses de novembro e dezembro de 2024 das Auxiliares de educação.

Nota 19- Diferimentos

Quanto aos inúmeros investimentos e remodelações em propriedade alheia, realizado pela Junta de Freguesia de Alvalade, estes foram reconhecidos com base na sua respetiva amortização anual, de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Seguros e licenças de software	21 740,20	16 487,99
Parque de Estacionamento - Mercado Alvalade Norte	84 145,99	91 795,63
Requalificação Exp. Exterior Av. EUA do nº 10 a 48	87 817,94	95 136,10
Adaptação da fração - Rua Conde de Arnoso, nº 5-B	16 298,48	17 656,68
Sistema de Rega automática - Av. EUA	15 160,14	16 423,50
Requalificação dos Logradouros da Rua Mem de Sá	66 916,24	72 492,60
Parque de Estacionamento e Percursos pedonais - Quinta do Narigão	110 058,33	119 229,85
Requalificação campo de jogos - Av. Gago Coutinho	42 334,50	45 862,38
Requalificação do Espaço - Rua Teixeira de Pascoais	22 218,08	24 069,58
Construção de Parque infantil e campo de jogos - Bairro das Murtas	58 039,74	62 876,40
Implementação de percurso acessível - Rua Alberto de Oliveira	12 965,57	14 046,03
Sistema de rega automática - Rua Paul Há	13 737,60	14 882,40
Reformulação da zona de acesso ao ed. Serviços Centrais JFA	15 052,94	16 307,34
Equipamentos infantis - Av. EUA	10 466,64	11 338,86
Pavilhão Municipal da Freguesia de Alvalade	691 182,28	744 350,14
Mercado Alvalade Sul	187 504,31	201 927,73
Reparação do percurso acessível - Rua Alberto de Oliveira	23 129,70	24 908,90
Requalificação de Parques e Jardins	117 494,91	126 532,99
Complexo desportivo S. J. Brito	1 033 511,06	1 107 333,28
Biblioteca - Edifício Manuel Chaves de Caminha	66 911,11	71 690,47
Total	2 696 685,76	2 895 348,85

Nota 20- Rendimentos a reconhecer

O valor do CDC 2023-25 e do Protocolo NSE, ambos da CML, representam a diferença entre os montantes globais dos contratos e os valores executados a 31 de dezembro de 2024.

Descrição	31-12-2024
Rendimentos a reconhecer	
CDC 2023-25- CML	2 424 450,70
Protocolo NSE - CML	18 264,50
Total	2 442 715,20

Nota 21- Acontecimentos após a data do Balanço

Após o encerramento do exercício e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação divulgada nas contas.

Lisboa, 21 de abril de 2025

O Tesoureiro

Paulo Doce de Moura

O Presidente da Junta de Freguesia

Tomás Gonçalves

Anexo I- Informação relativa à entidade, período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras.



FREGUESIA DE ALVALADE

Modelo 8.2 Caracterização da Entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE				
1.	IDENTIFICAÇÃO			
	Designação	Junta de Freguesia de Alvalade		
	NIPC	510832806		
	Natureza	Autarquia Local - Junta de Freguesia de Alvalade		
	Endereço postal	Largo Machado de Assis S/N		
	Telefone / Fax	218428370		
	Endereço de correio eletrónico	geral@jf-alvalade.pt		
	Sítio na Internet	www.jf-alvalade.pt		
	Tem serviços de nat. consult. e/ou serviços de fiscalização?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
	Organograma			
2.	Legislação			
	Regime Financeiro	SNC-AP		
	Regime Jurídico	Autarquia Local		
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)			
	Sim		Não	
	Serviços Municipalizados (Se a entidade assinar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Influência dominante			
	Serviços Intermunicipalizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Entidades Intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Entidades Asoceiativas Municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Empresas Locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Empresas Participadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Cooperativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Fundações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Entidades de outra natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1.	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	Miguel Tomás Cabral Gonçalves - Presidente - Representação Institucional, Comunicação, Divisão de Espaço Público e Equipamentos			
	Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno - Vogal Secretário - Economia e Inovação			
	Paulo Sérgio Doce de Moura - Vogal Tesoureiro - Finanças, Divisão Administrativa (Gabinete Jurídico, Recursos Humanos, Sistemas de Informação, Serviços Gerais), Desporto, Cultura			
	Ana Rita Gagean de Sousa Guerra Coentia - Vogal - Educação e Juventude, Gabinete Animal, Saúde			
	Ana Paula Aragão Pires de Carvalho - Vogal - Direitos Sociais, Universidade Sénior de Alvalade			
	Cristiana Lúcia Camilo Vieira - Vogal - Higiene Urbana			
	Miguel Henriques - Vogal - Gabinete do Cidadão, Segurança Pública, Proteção Civil			
	5.2.	NUMERO DE ELEITOS		
		Em regime de permanência		7
A meio tempo			6	
	Restantes eleitos		1	
5.3.	NUMERO DE ELEITORES			
	Até 10.000			
	Mais de 10.000 e menos de 40.000		<input checked="" type="checkbox"/>	
	Igual ou superior a 40.000			
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
Software do sistema contabilístico: Aplicação SNC-AP desenvolvida por Fressoft, conforme os pressupostos previstos na Portaria n.º 106/2011 de 14 de março, que aprovou o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo. Tipo de Informação: Situação financeira, orçamental e tesouraria. Periodicidade: Semestral				
7.	OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1.	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
	Entidade fiscalizadora			
	Data da ação			
	Período abrangido			
	Identificação da ação			
7.2.	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS			
		Data de Aprovação		
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	05-04-2022	30-04-2022	
	Regulamentos	05-08-2020		
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações				
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações				

7.3.	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Orgão Executivo	Orgão Deliberativo
		11-04-2024	23-04-2024
	Revisão Orçamental	11-04-2024	23-04-2024
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4.	INFORMAÇÃO RELATIVA A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
7.5.	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.6.	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.7.	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	113	
7.8.	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		15	15
7.9.	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10.	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS (a especificar)	Sim	Não
	- Concessionário	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		
7.11.	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES (a especificar)	Sim	Não
		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Anexo II- Organograma

